

ANEXO I

Revisão Conjunta 2007: Resultados do QAD 2006

Pontuação:

1- Atingido; 2 - Atingido com atraso; 3 - Não atingido, com progresso; 4 - Não atingido

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006		
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Educação	Ensino Primário	Escolarização universal - Aumento do acesso e redução das desistências - Melhoria da qualidade - Redução das disparidades de género	Aprovar, implementar e avaliar o Plano Estratégico 2005-2009 - Implementar o programa de construção de escolas a baixo custo - Implementar a estratégia de formação de professores considerando o novo currículo - Aprovar e implementar a estratégia a género	Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total	1a	85%	87.1%	1
					Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Meninas	1b	82%	84%	1
					Taxa de conclusão EP2 - Total	2a	34% (2005)	34%	1
					Taxa de conclusão EP2 - Meninas	2b	28% (2005)	27.3%	3
	Saúde	Materno-Infantil	Redução mortalidade materna	Aumentar a oferta de cuidados obstétricos	Taxa de cobertura de partos institucionais	3	51%	48.4%	4
			Redução mortalidade Infantil	Aumentar a cobertura do Programa Alargado de Vacinações	Taxa de cobertura <1 ano DPT3 e HB	4	95%	100%	1
			Aumentar o acesso aos serviços básicos de saúde	Expandir o acesso ao tratamento de qualidade para as doenças transmissíveis e não transmissíveis	Índice de utilização: consultas profissionais externas/habitante	5	0.94	1	1
	HIV-SIDA	Prevenção	Reduzir o número de novas infecções de HIV	Expandir o acesso à prevenção da transmissão vertical	Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para a criança.	6	10% (16,000)	8% (12,150)	3
		Cuidados clínicos	Melhorar os cuidados clínicos para as pessoas vivendo com HIV	Expandir o acesso à terapia anti-retroviral	Percentagem (e número) de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupos etários (0-14, 15-24, 25 e + anos)).	7	15% (40,000)	16% (44,110)	1
		Mitigação do impacto	Melhorar a qualidade de vida das pessoas afectadas pelo HIV/SIDA	Reforçar os cuidados e apoios comunitários e domiciliários a crianças órfãs e vulneráveis	Percentagem de COV's abrangidos pelo Plano Nacional de Acção para as COVs, sem acesso a serviços básicos em 2005, com acesso a pelo menos três serviços básicos nos 12 meses anteriores (desagregados por sexo e por distrito).	8	5%	24%	1

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006		
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Infra-estruturas	Estradas	Melhorar a transitabilidade das estradas	Reabilitar e manter a rede de estradas	% da rede de estradas em boas e razoáveis condições	9	75%	73%	3
		Água	Aumento do acesso	Abrir poços, estabelecer novas ligações	% População com acesso à água potável	10	42%	42%	1
		Saneamento	Aumento do acesso	Latrinas melhoradas, fossas sépticas	% População com acesso a serviço de saneamento	11	37%	36.5%	3
		Energia	Aumento do acesso electricidade (todas as fontes de energia)	Novas ligações	Numero de novas ligações	12	30,000	85.155	1
	Género		Igualdade de Género	Promoção de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e integração das questões de género nas políticas, planos e intervenções de combate a pobreza.	Aprovação e implementação da política do Género e a Estratégia de Implementação (PGEI)	13	Aprovação e iniciação de implementação	A PGEI foi aprovado pelo Conselho de Ministros e espera aprovação pelo parlamento	3
Promoção do desenvolvimento económico, com prioridade para as zonas rurais e a redução dos desequilíbrios regionais	Agricultura e desenvolvimento rural	Serviços Agrários	Promoção da produção agrícola	Aumentar a abrangência dos serviços de Extensão Agrária	% explorações agrícolas assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia durante os 12 meses anteriores	14	30%	21%	3
				Melhorar a cobertura dos serviços de sanidade animal	% de explorações Agro-pecuárias que vacinaram gado	15	72%	61.4%	4
				Promover o uso de técnicas de rega	Área (Ha) de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados com recursos públicos	16	3,200	2.546	4
		Gestão dos Recursos Naturais	Acesso a terra	Simplificar mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento terra	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	17	95%	70%	4
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado		Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a pratica de comercio para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registro de negocio e reduzir a corrupção.	Nova Lei de Trabalho e Regulamentos aprovados de acordo com a melhoria do ambiente de negócios para todos	Redução do custo de despedimento (a base 2005)	18	A ser confirmado (no fim do 2005)	GoM submeteu uma proposta de Lei do Trabalho a Assembleia que poderá reduzir o custo das indemnizações em pouco mais de 50%	3
			Melhoria no sistema do registo e licenciamento de negócios	Numero de dias para se começar um negocio (registo e licenciamento). A ser medida através o relatório do Banco Mundial "Doing Business Annual report" (linha de base do 2005: 153 dias)		19	90 dias	Ultrapassada	1

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação	
Objetivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objetivos	Acções			2006			
	Políticas macro-económicas e financeiras	Sistema Financeiro	Melhorar a intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e medias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial	Fortalecer a capacidade de supervisão do BdM	20	Submissão da Legislação LFL à AR e promulgação de regulamentos		1		
				Implementar IFRS no sector financeiro	21	Novo quadro de Contas e regulamento tributário aprovados	Processo foi parcialmente concluído, estando em falta a parte referente a aprovação de regulamento tributário	3		
				Fortalecer a capacidade das instituições micro-finanças	22	Regulamentos prudências aprovados	Regulamentos seão concluídas em 2007	3		
				Melhorar o sector seguros e protecção social	Reforma do sector de seguros	23	Conclusão do estudo 'actuarial' sobre sistema de segurança social		3	
			Fortalecer responsabilidade no sector bancário	Efectuar uma auditoria forense ao BAu através da PGR	24	Foram tomadas acções de seguimento		1		
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Políticas macro-económicas e financeiras	Reforma do Sistema de Administração financeira do Estado	Elevação da eficiência e eficácia da gestão das disponibilidades financeiras do Estado	Alocação e execução do orçamento		Alocação orçamental (no orçamento aprovado pela AR) e execução orçamental (como apresentado no REO) do PARPA II Áreas Prioritárias de acordo com as metas estabelecidas em PARPA II	25	65% para as áreas prioritárias (de acordo com PARPA I)	65,1% (54% Saúde e Educação)	1
						Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias, como apresentado no REO	26	Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias ≥ taxas nas áreas não-prioritárias	97,4%≥91,2%	1
						Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial como apresentado no REO (todas despesas correntes)	27	Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial no ano n > Taxas no ano n-1	98%>95,1% (2006>2005)	1
				Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado	Aumentar receitas próprias incluídas no OE	28	Receitas próprias para os Ministérios de Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Obras Publicas e Habitação, Turismo, Recursos Minerais, Juventude e Desportos incluídas no OE 2007	Todos os ministérios na lista (e outros) incluído no OE 2007	1	

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006		
					Aumentar o numero de fundos externos na Conta Único do Tesouro (CUT)	29	Pelo menos um fundo comum maior no CUT	FASE, Proagri, Prosaude e ASAS on-CUT	1
				e-SISTAFE	Expansão das funções básicas do e-SISTAFE (tesouro, execução Orçamental, Contabilidade)	30	Até finais de Julho de 2006 implementar a execução efectiva e directa do orçamento (de acordo com a sequência do compromisso, verificação e pagamento) nos Ministérios da Finanças, Planificação, Educação, Agricultura, Saúde e Obras Públicas a nível central e provincial.	Roll-out do módulo de execução orçamental por via directa do e-SISTAFE para os seis ministérios cumprido em Julho de 2006. Contudo, são necessários esforços adicionais para garantir uma aplicação de todas as funcionalidades do módulo de execução orçamental por via directa.	1
				Reforma Tributária	Tributação mais simples e abrangente, justa e equilibrada	31	Elaboração e aprovação do PDTI (Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Informático)	Draft apresentado, trabalho em curso. Conclusão e aprovação prevista para segundo trimestre 2007.	3
					Aumento de receitas totais cobradas	32	14.8%	14.2% (de acordo com dados actualizados do PIB 2006).	3
				Procurement	Adopção de um sistema transparente e eficiente	33	Unidade Funcional de Supervisões e Aquisições (UFSA) criado, orçamentado e em funcionamento	A UFSA em 2006 foi criada, orçamentada e esta em funcionamento mas com alguns atrasos	2
			Auditoria	Melhorar cobertura e função das auditorias internas e externas	% dos distritos e autarquias auditadas pelo IGF	34	20%	32%	1
					Numero de relatórios de auditoria financeira realizados pelo Tribunal Administrativo	35	70	155	1
		Planeamento e Monitoria	Harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo	Assegurar a consistência do PARPA, MTEF, PES e do orçamento		36	Estrutura e qualidade melhorados do PES e do Balanço do PES	A estrutura do PES e do BdPES foi modificada com enfoque na: (i) integração com maior ênfase dos assuntos transversais na vertente sectorial; ii) na análise sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio e, iii) introdução da matriz do QAD como anexo ao PES e BdPES. A qualidade de análise no BdPES não registou melhoria significativa.	3
	Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma Sector Público	Desconcentração e Descentralização	Mecanismos de transferências fiscais intergovernamentais definidos para os OLE e Municípios.	37	Definido o critério de afectação do orçamento de investimento para os distritos a partir de 2007 bem como a proporção do orçamento executado pelos Governos distritais	O REO mostra um grau elevado da execução do OIIL em 2006. Critérios foram definidos e aplicados a afectação do OIIL para 2007.	1
					Política de descentralização adoptado	38	Estratégia do PPFD aprovado e em implementação (incluindo sistema comum de Monitoria e Avaliação). Esboço da Estratégia de Descentralização concluída.	O esboço de Política Nacional de Descentralização foi concluída até Novembro de 2006 e será sujeito a um processo de consulta em 2007	3

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação				
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006						
			Racionalização de estruturas e processos	Aprovação pelo governação da politica salarial de médio prazo (reforma salarial) e a implementação começou a harmonização das três bases de dados (SIP, TA e payroll)	39	Aprovação e implementação em curso	Foi concluído um estudo sobre a política salarial contendo 3 cenários de aplicação. Não foi possível derivar a política salarial a partir destes estudos por falta de dados fiáveis sobre o número de funcionários e agentes do Estado. Esta lacuna está sendo colmata com o recenseamento dos funcionários e agentes do estado que permitirá a harmonização das três bases de dados.	3					
				Planos de reestruturação acordados dentro do CFMP e o inicio da implementação nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, MAE, MIC, MF e MPD	40	Implementação em curso	Alguns ministérios concluíram a sua revisão funcional (MISAU, MOPH, MINT, e CMCM), e o desenho de novas estruturas (MISAU, MAE – criação da ANFP, CMCM), outros estão prestes a concluí-lo e vários outros encontram-se com os seus processos em curso.	3					
				Aumento da proporção de novos funcionários no sector publico recrutado na base de concursos públicos transparentes	41	Melhorias realizadas	Não existem dados que permitam aferir o cumprimento deste indicador, estando em curso o levantamento dos mesmos pela ANFP.	#REF!					
			Combate à corrupção	Aumento de proporção dos casos de denuncia de corrupção ao Gabinete Central de Anti-Corrupção que são concluídos	42	Melhorias realizadas	Os dados de referência tornam difícil uma conclusão sobre o progresso	3					
				Levantamento sobre a corrupção no sistema de justiça (propondo soluções para a simplificação processual e de outras causas da corrupção) e recomendações implementadas	43	Publicação do 2o estudo sobre o perfil dos Magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça e recomendações definidas	Publicado o 2o estudo sobre o perfil dos Magistrados judiciais do Ministério Público, estando em curso a elaboração do Plano de Acção	3					
				Sistema melhorado de inspecção e multas	44	Definir medidas para abolir a comparticipação nas multas e iniciar a sua implementação	[texto do AM]	3					
			Consolidação da Paz, e Unidade Nacionais, da justiça e da democracia	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma da Justiça	Elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial	Aumentar o número de sentenças judiciais		45	50% (Ano base é 2002)	109,5 % tomando como base as sentenças	1	
							Redução do número de prisioneiros que aguardam acusação e julgamento	% total de presos a espera de julgamento (MINJ e MINT)	46	50%	42%	1	
						Simplificação e maior celeridade no processamento	Apresentação dum programa de reforma a longo prazo incluindo um sistema de planificação, orçamentação e monitoria que dê prioridade à prestação de serviços do sector.	Aprovação do documento da visão pelo CM e actualização do PEI e POPEI		47	Implementação	Lançada a plataforma da Visão da Justiça	3
								Consolidar a partir do POPEI um sistema harmonizado de M&E.		48	Implementação do sistema harmonizado de M&E iniciada	Aprovado pelo Sector o Plano Director do Sistema de Monitoria (SIPMAJ)	3
			Reformas de leis	Reforma do Código de Processo Civil do Código do Processo Penal, do código Penal		49 a)	Caso aprovado, iniciado a sua implementação	Aprovada e em vigor a reforma do Código do Processo Civil. A reforma do Código do Processo Penal e do Código Penal em curso.	3				
				Reforma a lei orgânica dos Tribunais Judiciais incluindo secções comerciais lei orgânica dos Tribunais Communicatios, lei do IPAJ		49 b)	Caso aprovado, iniciado a sua implementação	Submetido ao Parlamento a lei orgânica dos Tribunais Judiciais. Estando previstas para 2008 a reforma da lei orgânica dos Tribunais Comunitários e lei do IPAJ					

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	PAF Metas	Resultados	Pontuação
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006		
					Reforma do Código de Notariado	49 c)	Caso aprovado, iniciado a sua implementação	Aprovado e em vigor o Código de Notariado	
					Reforma a Legislação Prisional	49 d)	Caso aprovado, iniciado a sua implementação	Aprovado e em vigor o decreto que cria o SNAPRI	